

Identidade nacional e historiografia brasileiras na obra “Raízes do Brasil” (1936) de Sérgio Buarque de Holanda.

National identity and brazilian historiography at Sérgio Buarque de Holanda’s work “Raízes do Brasil” (1936)

João Augusto Kaminski Silla

Resumo: O presente trabalho pretende estabelecer os conceitos teóricos de Sérgio Buarque de Holanda e a sua relação com a identidade nacional no contexto da primeira metade do século XX no Brasil, propondo uma leitura teórica da obra. Para tanto, será estabelecida a noção da história como narrativa em moldes ficcionais, estabelecidos por Hayden White, compreendendo os excertos inalterados por Holanda durante as edições subsequentes. Procuramos perceber o ensaio histórico buarquiano e o seu lugar na produção do conhecimento histórico interpretativista do Brasil, passando pela noção de cordialidade, violência e colonização como identidade própria do Brasil. Com isso, procura-se estabelecer o vínculo subjetivo de Holanda com a identidade nacional brasileira, entendendo-a em seus moldes históricos da continuidade do flagelo colonial e a sua ruptura a partir de um projeto de nação desenvolvido no último capítulo da sua obra.

Palavras-chave: Sérgio Buarque de Holanda; Historiografia brasileira; Identidade nacional; Teoria da história.

Abstract: This work seeks to establish the theoretical concepts proposed by Sérgio Buarque de Holanda and its relation to the Brazilian national identity in the first half of 20th century, proposing a theoretical reading of his work. Therefore, it will be proposed a notion of history based on a fictional narrative theory of history, established by Hayden White. We're concerned to comprehend the referred work as an academic and political writing specific from its context, thinking of Holanda's essay and its place in the interpretative tradition of Brazil, reading the notion of cordiality, violence and colonization as a Brazilian identity. Therewith, we're aiming to establish Holanda's subjective link with the Brazilian nation, understanding it historically, based on the continuity of the colonial scourge and on the rupture from a project of a nation developed on its last chapter.

Keywords: Sérgio Buarque de Holanda; Brazilian historiography; National Identity; Theory of History.

Introdução:

“Um tapa na cara da identidade brasileira”. Foi isso que eu ouvi de uma professora de sociologia em 2022 quando ocorreu o bicentenário da Independência do Brasil e, com isso, foi trazido o coração de D. Pedro I de Portugal para o Brasil como forma comemorativa do bicentenário. Estando no Ensino Médio e em véspera de vestibular, minha então professora de sociologia da educação propôs um estudo dos intérpretes do Brasil desde Martius até os teóricos da Dependência e, com isso, surgiu a questão: quem somos e qual é o conhecimento histórico produzido no Brasil?

Uma resposta intrigante foi o desterro buarquiano e a cordialidade do ser social brasileiro o qual era visto sob um prisma teórico do tipo ideal irracionalista¹¹, com aspiração em Ludwig Klages (Mendes, 2021, p. 17), isto é, de forte aspiração teórica alemã (Costa, 2014, p. 832-833). Com isso, o trabalho que procuro desenvolver é a questão da identidade como uma experiência compartilhada que cria condição de significado e imaginação comunitária (Anderson, 2008, p. 92). Partindo do ensaio histórico buarquiano, tido como uma produção de conhecimento político, proponho pensar a função da narrativa histórica como construção de um passado real pela lembrança; bem como uma conceituação da história como um objeto produzido pelo presente (Gagnebin, 2009, p. 41). A questão do presente e do nascente movimento modernista, como aponta Sérgio Costa (2014, p. 825), criou “fomento à criatividade cultural e estética”, inspirando Sérgio Buarque a produzir sua pretensa obra de projetar um outro Brasil.

Outra questão surge: qual é a nossa epistemologia *histórica*? Com isso, procura-se desvendar a produção historiográfica buarquiana relacionando-a com um estilo historiográfico organicista-sinedótico, como modela Hayden White em *Meta-História* (2019, p.50) ao pensar na teoria dos tropos poéticos da narrativa. Ademais, procura-se entender o texto de Holanda como uma produção da narrativa histórica em seu “desvelar do real”, isto é, como uma obra que, por meio da literariedade e da conjuntura do passado, afeta o presente e produz um mito (narrativa-discurso) dentro do campo simbólico ao dar a palavra àquele desterrado, “inexistente” (Rancière, 2014, p. 86-89), que é o brasileiro no caso de Holanda. Pensar em *Raízes do Brasil* a partir de White nos ajuda a compreender o texto a partir de uma visão propriamente teórica da obra, não se preocupando *necessariamente* com as leituras e releituras feitas do texto, seja por seu autor, seja por aqueles que estão em seu círculo.

Antes de ser um trabalho de história das ideias ou intelectual, procura-se contribuir para o campo da teoria da história, mobilizando elementos da ciência do mito e da teoria histórica como modos de pensarmos uma teoria histórica brasileira. Mesmo que utilizando pressupostos estrangeiros, preocupa-se com a ressignificação desses termos a partir de uma leitura teórica que busca trazer contribuições para uma análise teórica e holística da obra.

O debate estabelecido serve de maneira a pensarmos uma teoria da história brasileira, que dialogue com a atualidade, especialmente aquela que se situa entre acontecimentos políticos de 2022 e 2024, a saber, os casos de levantes autodenominados patrióticos e de extrema-direita. A totalidade do texto pressupõe o seu

¹ Entende-se por irracionalista a ideia de que o indivíduo é movido por paixões, formando o cerne do Homem Cordial.

aspecto monadológico que, antes de ser anti-contextual, é ele mesmo o objeto de sua elucubração que procura lançar luz para trabalhos propriamente de teoria da história.

Percebe-se que os trabalhos revisitados por Nicodemo (Nicodemo, 2004, p. 4) correspondem a produções de história intelectual, tomando como chave de leitura a ação de Sérgio Buarque como intelectual² que, por si só, exige um trato analítico diferente³ de um estudo de teoria da história aqui proposto, visto como diferente daquele viés de história intelectual (Nicodemo, 2004, p. 9).

Dessa forma, os pressupostos teóricos e a leitura da obra nos levam às hipóteses de que a escrita buarquiana em *Raízes do Brasil*⁴ apresenta-se como uma narrativa-discurso sinedótica e organicista, em tom cômico (dada a reconciliação da sociedade com ela mesma). Interessantemente, também é liberal ao propor uma mudança política no último capítulo como sendo “revolucionária” aos moldes do Brasil. Isto é, por meio do aperfeiçoamento político-institucional e na mentalidade do povo brasileiro, tornando-a racional o suficiente para que a mudança seja coerente com o quadro social do país (Holanda, 2020, p. 224). Assim, em relação à produção historiográfica, há uma renovação de escrita no qual a obra se insere: a miscigenação no Brasil e a sua especificidade no mundo, como nação imaginada e, no caso da historiografia, como uma continuidade da instituição⁵ IHGBista.

1. Do autor, seu contexto e sua obra:

Segundo Claudia Wasserman (2013, p. 66-67), o nacionalismo como pertencimento a uma comunidade na América Latina percorria duas vertentes em meados do século XX: a do integralismo e filo-fascismo, e a do nacionalismo crítico (Wasserman, 2013, p. 68). Essas vertentes se manifestaram no início do século XX, gerando debates políticos e acadêmicos

² A categoria de intelectual da qual me baseio é a referida aos estudos que partem das noções de campo de Pierre Bourdieu, especialmente aquelas que tratam da relação complexa de autor e obra como agentes em um campo e trajetória. O que se difere disso é pensar não as movimentações extra-textuais da obra, mas analisá-la internamente partindo dos pressupostos teóricos e categóricos que encontramos nela e que podemos relacionar a ela. Percebe-se a constituição enquanto uma tensão do *real* e do *representado*, algo que Hayden White nos auxilia a ir mais além.

³ Um exemplo disso é o livro-tese de Raphael Guilherme de Carvalho, *Sérgio Buarque de Holanda. Escrita de si e memória* (1969-1986), publicado em 2021 pela Editora UFPR. Nele, o autor compreende não só a fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, passando por autores como Pedro Meira Monteiro, Robert Wegner, João Kennedy Eugênio, Angela de Castro Gomes, além de intelectuais que fizeram críticas fortes logo quando a obra saiu, tais como Cassiano Ricardo e, mais adiante, Dante Moreira Leite e Carlos Guilherme Mota. Este último, aponta em seu livro *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974* que as suas próprias análises servem como uma revisão já datada da época em que foi escrito (cf. MOTA, 2014, p. 18)

⁴ A edição trabalhada é a de 1936 redigida a partir da 27ª edição com o cuidado de não haver alterações nas citações das edições das décadas de 1940 a 1960 feitas por Buarque de Holanda. Como auxílio, foi utilizada a edição crítica da obra publicada sob o mesmo nome em 2016 apenas como leitura paralela, havendo citações da obra de 2020. Isso ocorreu devido a impossibilidade de termos acesso à primeira edição original em mãos ou em meios digitais.

⁵ Como aponta Antelo, em um sentido bergsoniano, como uma retroalimentação dos debates que acabam saindo do seu meio e repercutindo no âmbito político-social.

(Wasserman, 2013, p. 71). Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) insere-se nesse debate a partir da crítica ao iberismo que se alastrou no Brasil provocando um desequilíbrio social (Wasserman, 2013, p. 76-77), fazendo parte da vertente do nacionalismo crítico.

Contudo, como pensar o intelectual em seu contexto e sua relação com a obra produzida?⁶ Holanda inspirou-se pelas ideias alemãs que germinavam em sua época (Costa, 2014, p. 832-833). A estadia de Sérgio Buarque na Alemanha (1929-1930) foi mister para o produzir uma pretensiosa *Teoria da América*, da qual dois capítulos foram transpostos para *Raízes* (Costa, 2014, p. 827), mostrando o entrelaçamento entre a obra e a vida do autor. Assim, pensando no intelectual como quem expressa sua subjetividade ao mundo⁷, a noção da produção literária específica de um “ensaio histórico”, como o faz a geração de 1930, mostra-se pela apresentação de uma tese, sua fundamentação histórica e um meio pelo qual podemos romper esse paradoxo (Mendes, 2022, p. 9-12).

Pautando no ensaio histórico, se compreende outros dois autores anteriores à Holanda: Gilberto Freyre e o seu *Casa Grande & Senzala* (2003) e Paulo Prado com o seu *Retrato do Brasil* (1997). Estes autores são importantes para pensarmos a inserção do debate político da nação e nacionalidade brasileira do período. Começando por Prado, o autor pensa a história do Brasil como um processo marcado pela violência colonial e cobiça pelo ouro, o que ocasiona uma divisão e exploração do espaço brasileiro cada vez maior (Prado, 1997, p. 55). Isso corrobora sua visão de uma psicologia social depravada na qual o brasileiro se encontra, sendo a história e o otimismo revolucionário os meios de libertação da melancolia brasileira (Prado, 1997, p. 153).

A obra de Prado “compõe um esforço ambíguo e simultâneo de construção e destruição do passado, de resgate e superação do já vivido” (Gaio, 2017, p. 170), condicionando seu pensamento moderno e próximo do que será desenvolvido por Holanda. Mas, ainda se mostra diferente ao entender a história como “mestra da vida”, isto é, a história é constante dada a natureza humana que a produz, fazendo com que haja uma não repetição do erro, o qual é marcado pela violência, cobiça, luxúria e pelo romantismo, categorias importantes para o modernista (Prado, 1997, p. 151).

⁶ Mesmo que não seja o principal problema aqui desenvolvido, valemo-nos de uma interpretação holística, aproximando-nos das histórias intelectual e das ideias ao mesmo tempo que pretendemos pensar a partir da análise interna do texto, dialogando principalmente com as teorias da história.

⁷ Segundo Luciano Gatti (2014), do departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo, o conceito de ensaio converge a respeito do trabalho com conceitos e objetos formados previamente. A experiência individual torna-se um meio condutor da expressão do ensaio, o qual não necessariamente está pautado em uma “objetividade” ou “neutralidade” científica, mas em uma expressão subjetiva do escritor para o mundo.

Em relação a Gilberto Freyre, o autor compreende a formação do Brasil por meio da antropologia de Franz Boas, especialmente os elementos raciais como formadores de uma “democratização social no Brasil” (Freyre, prefácio à 2ª ed., 2003, p. 33). A hiponutrição é o modo explicativo de uma inferioridade entre as raças causada não pelo caráter genético, mas por condições sociais. O sistema patriarcal é o que fundamenta esse meio de condicionamento de uma raça inferior e superior, bem como a europeização⁸ do meio tropical, formando uma especificidade de casas portuguesas no Brasil. Assim, Freyre demonstra que a casa-grande junto da senzala apresentam um sistema econômico, social e político nos âmbitos da produção (monocultura dos latifúndios), trabalho (escravização), transporte, religião (catolicismo de família), vida sexual e familiar (patriarcalismo polígamo), da higienização (como o lava-pés, e.g.) e da política (compadrismo) (Freyre, 2003, p.36).

Segundo Jessé Souza (Souza, 2000, p. 75), a família é tida como um ambiente patriarcal, violento e ambíguo da existência sincrônica de uma proximidade e um despotismo que cria condições de existência para a sociedade brasileira. Contudo, Souza esquece-se da explicação do Brasil por meio da condição climática que, não definindo a instância social, ainda faz do país tropical um espaço que leva a predisposição de alguns indivíduos a certas ações em comparação com indivíduos de climas frios, como a diminuição da capacidade de trabalho e excitação aos crimes contra pessoa (Freyre, 2003, p. 75)⁹.

Mesmo que Freyre rompa com as propostas evolucionistas de Oliveira Viana ao definir a superioridade do meio social e econômico em relação à biologia na formação do brasileiro, ainda proporciona uma noção questionável ao definir, por exemplo, a inserção do negro escravizado na família brasileira por meio de uma “semi-civilização” a partir de “valores de cultura desigualmente acumulados” (Freyre, 2003, p. 369)¹⁰.

Com isso, compreendemos que a delimitação de Freyre como um autor “moderno” (Souza, 2000, p. 69) não seja tão proveitosa devido à relação lusotropicalista e tradicional do autor. Procuramos entender o intelectual a partir de seu conjunto de ideias e como elas

⁸ O autor não se utiliza deste termo, entretanto utilizei-o aqui como uma paráfrase.

⁹ Essa leitura de Freyre é extremamente questionável, o que implica precisarmos as críticas de grandes nomes do pensamento brasileiro, tais como Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, o próprio Buarque de Holanda, Clóvis Moura, Darcy Ribeiro e, mais exponencialmente, Carlos Guilherme Mota para citar apenas alguns autores. Reanalisar o texto buarquiano a partir de White também nos auxilia a compreender o lugar de destaque e diferença entre Freyre e Holanda, especialmente no que se refere à diferença de metodologia: Freyre dialoga com a antropologia de Franz Boas, enquanto Holanda trata do historicismo alemão com especial referência a Max Weber, tratando de um olhar sociológico sobre a relação entre presente e passado, ponto forte dos ensaios históricos da década de 1930.

¹⁰ Vale lembrar que Freyre considera o Egito uma exceção à regra de semi civilização africana, visto que o autor considera-o civilizado e distinto da cultura africana, esta sendo “[...] chata e uma só.” (FREYRE, 2003, p. 369), apresentando-a como homogênea e pouco distinguível entre seus pares.

reverberam na sociedade e na historiografia. Nesse sentido, percebe-se o rompimento de Sérgio Buarque com Freyre tendo em vista que ele não se utiliza de categorias antropológicas e biológicas como forma de explicação¹¹. Percebemos uma relação feliz de ideias entre Holanda e Prado, muito provavelmente pelo círculo de intelectualidade do qual ambos faziam parte, a saber, o modernismo paulistano.

Em congruência com isso, falta esclarecermos a obra de Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil* (1936). Tal ensaio é compreendido em 7 capítulos, sendo respectivamente “Fronteiras da Europa”, no qual analisa a implantação da cultura europeia nas origens da sociedade brasileira mediante instituições, formas de convívio em grupos sociais e da mentalidade, trazendo diversos desdobramentos no tempo, dentre eles o sentimento de que somos “desterrados em nossa terra” (Holanda, 2020, p. 35)¹². Percebe-se que o autor apresenta sua linha metodológica: o weberianismo e, com ele, a noção da personalidade (espírito) portuguesa.

No segundo capítulo “Trabalho & Aventura”, mostra o porquê dos portugueses chegarem nas terras brasileiras: o espírito de aventura pautado na ética e na moral portuguesa transmitido na sociedade brasileira (Holanda, 2020, p. 51). Esse é o caso da “moral das senzalas”, apresentando os negros como um elemento que trouxe o exotismo para a sociedade (Holanda, 2020, p. 71) junto de um “languesimento de Deus” (Holanda, 2020, p. 72).

Em continuidade, no terceiro capítulo “Herança rural”, Buarque de Holanda apresenta a economia escravista e a produção agrícola como os principais meios de atraso da civilização brasileira. Ao trazerem a impossibilidade de uma modernização, ocorre uma incompatibilidade de economia, esta baseada em uma oligarquia personalista e patriarcal (Holanda, 2020, p. 92) que comanda um modo escravista de produção. Logo, compreende-se que a mentalidade rural (patriarcal, personalista, etc.) possui influência direta nas cidades (Holanda, 2020, p. 97).

Assim, Sérgio Buarque de Holanda, no quarto capítulo “O semeador e o ladrilhador”, exemplifica esses tipos ideais de desorganização na construção das cidades como postos de dominação que não foram planejados, diferentemente das cidades e da economia racionalizada e militarizada da América espanhola (Holanda, 2020, p. 114). Na visão

¹¹ A ruptura entre Freyre e Holanda pode ser percebida também pelo contexto de criação da Universidade de São Paulo, algo que é entendido por Renato Ortiz em seu livro *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (cf. Ortiz, 1994, p. 40).

¹² Segundo Jacob Gorender, esses termos são subjetivações que atrapalham a análise científica da materialidade da colonização, o que faz com que haja um constante distanciamento da teoria weberiana, tida como apriorística, para a compreensão do passado colonial (cf. Gorender, Jacob. 2016, p. 84).

buarquiana, os portugueses são a expressão moderna do personalismo e do individualismo, o qual implica uma dissonância do indivíduo com o mundo (Holanda, 2020, p. 137-138).

No antepenúltimo capítulo, “O homem cordial”, o ensaísta apresenta a principal identidade brasileira: a cordialidade. Ela é significada como a maior emoção do brasileiro, isto é, ao mesmo tempo que pode ser muito receptivo também é muito violento. A sociedade é marcada pela tensão entre família e Estado, marcando a dicotomia entre o privado e o público (Holanda, 2020, p. 170). Para Holanda, o Estado é a superação do núcleo familiar a partir da racionalização da sociedade, o que não ocorre no Brasil devido a dificuldade de individualização do sujeito que o tornaria alheio ao meio patrimonial e familiar (Holanda, 2020, p. 175-177). Podemos dizer que há uma forma de entender a cordialidade de modo temporalmente liberal ao reformar o Brasil pelo tempo social e racionalizante. Em outras palavras, a reforma¹³ da mentalidade individual se faz pela identificação racional do ser brasileiro.

Já no penúltimo capítulo, “Novos tempos”, o ensaísta nos apresenta exemplos da cordialidade transplantada no meio burocrático, como é o caso do “amor às letras”, o qual mascara a realidade cotidiana e produz um “mundo fora do mundo” (Holanda, 2020, p. 194). Há a mesma ocorrência com o bacharelismo: o amor às letras e a importância do diploma como fator condicionante da hierarquia social.

Por fim, em “Nossa revolução”, Holanda transmite sua ideia de romper com o flagelo colonial. A revolução experimentada é “lenta, mas segura e concertada” (Holanda, 2020, p. 203), e é feita há pelo menos 75 anos (Holanda, 2020, p. 204) em movimento que tenciona o aumento do domínio das cidades e restringe os meios rurais em simples abastecedores do meio urbano (Holanda, 2020, p. 205).

Holanda procura analisar o processo histórico nacional como uma forma de nos libertarmos de raízes ibéricas, fazendo com que haja uma identidade própria. Essa identidade é papel do Estado de desligar-se do passado e construir-se de maneira forte perante si e perante a internacionalidade (Holanda, 2020, p. 210), procurando também comprometer-se com a realidade material da vida, sem o flagelo do racionalismo¹⁴ que, segundo o autor, não mais está junto da vida, mas separado dela (Holanda, 2020, p. 213).

A revolução do Brasil é marcada por forte pretensão contra-reformista de liberais que aceitam sem crítica a razão e a impessoalidade do Estado e das leis que acabam por servir

¹³ Isso pode provocar uma nova e possível vertente da implicação ideológica, o reformismo próprio de boa parte do século XX, o qual é contrário ao ideal radical, mas que também quer romper com o passado.

¹⁴ O que hoje entenderíamos pejorativamente como um “positivismo”.

oligarquias (Holanda, 2020, p. 216-217). Isso quando não é uma simples luta de personalismo contra personalismo dentro da lógica cordial (Holanda, 2020, p. 219).

Holanda percebe a incompatibilidade do cordialismo e da democracia liberal que segue o pressuposto da frase de Bentham “maior felicidade para o maior número” (Holanda, 2020, p. 220), mostrando que procura uma via de cristalização e estabilização social por meio de normas sólidas (Holanda, 2020, p. 221). Isso reflete a posição crítica de Holanda frente ao comunismo e aos revolucionários marxistas de sua época (Holanda, 2020, p. 223-224). Portanto, percebe-se a via reformista adotada por Sérgio Buarque que se baseia na vida social concreta.

2. Da história:

Hayden White, em seu livro *Meta-História* (2019)¹⁵, elabora que o conhecimento histórico debatido na sua época possui uma problemática da história como “existência”, a consciência histórica como forma de pensamento e o conhecimento histórico como um campo autonomizado nas ciências humanas (White, 2019, p. 17). O trabalho do historiador é a explicação em estrutura verbal em prosa que representa processos e estruturas do passado, formulando um questionamento dos elementos realistas com escrita poética (White, 2019, p. 18-19). Logo, a metodologia utilizada por White baseia-se na elaboração de estruturas típico-ideais de narrativas históricas. Mesmo que esteja contextualizado em um tempo e espaço diferentes da fonte em questão, acreditamos ser possível promover uma reflexão teórica diferente da produção de uma história intelectual, forte no cânone historiográfico sobre Holanda e *Raízes do Brasil*.

A História é elaborada a partir da conjunção de eventos, fontes, causas e consequências, algo que está explícito em Sérgio Buarque ao argumentar sobre a moralidade brasileira¹⁶. Isto é, um juízo sinóptico no ensaio buarquiano. Este é o juízo que apresenta a explicação por elaboração de enredo. É um sentido dado à forma que o autor organiza os eventos no texto. Desse modo, forma-se o enredo cômico de Holanda dentre outros possíveis,

¹⁵ Dentre as polêmicas entre esse autor e dois outros grandes nomes da historiografia, Roger Chartier e Carlo Ginzburg, penso essa polêmica corroborando com a análise de Wagner dos Santos em artigo que analisa a recepção da obra de White no Brasil, bem como a relação desse autor com Ginzburg e Chartier. Isto é, trata-se mais de um problema moral que propriamente epistemológico, mudando o ângulo de ataque ao objeto ainda que parta de pressupostos muito semelhantes e, em alguns casos, iguais (cf. Santos, 2019, p. 327). Outrossim, as limitações da proposta whiteana se fazem a partir do trato talvez “excessivo” para com a análise formalista e interna do texto, chamado de representacionalismo, algo que é explanado por Ciro Flamarion Cardoso em capítulo de livro (cf. Cardoso, 2000, p. 20), tomando como base a argumentação da representação como mimesis platônica, algo que torna-se questionável ao pensarmos em autores como Luiz Costa Lima, como será visto mais adiante. Mesmo assim, tomamos a posição de pensar a partir de Hayden White na tentativa de angariar um trabalho de teoria da história.

¹⁶ Especialmente àquela voltada para o círculo de poder da oligarquia rural e sua prole de bacharéis.

a saber a estória romanesca, tragédia e sátira. A primeira se faz pelo mito do herói e sua batalha entre o vício e a virtude, na qual a última se sobressai - ocorrendo uma relação com a comédia (White, 2019, p. 24).

Com isso, percebemos que Sérgio Buarque não compreende de forma romântica o mundo e a sociedade em sua narrativa. O “ser” do português emana uma natureza de “virtudes essencialmente inativas, pelas quais o indivíduo se reflete sobre si mesmo e renuncia a modificar a face do mundo” (Holanda, 2020, p. 44). A ironia¹⁷ da falibilidade humana exige uma recuperação conciliatória do indivíduo personalista com a sociedade. É necessária uma mudança paulatina na cultura e no sistema vigente, uma reconciliação cômica.

Procuramos compreender o enredo da obra buarquiana em seu tom cômico, sem entendê-la em um modo romântico, como faz Gabriella Lima de Assis¹⁸ (Assis, 2017, p. 148). Não descartamos a ideia de que o povo brasileiro quer romper com o passado colonial, mas percebemos que há uma pergunta sociológica de gênese histórica que compreende uma ação no presente e na incerteza do porvir, evidenciado por Holanda:

E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes ofereceria. (Holanda, 2020, p. 222).

A respeito da elaboração de enredo, a sátira produz-se sobre o deslocamento do homem com o mundo e seu aprisionamento em condição mundana. A comédia e a tragédia são postas como possibilidades de libertação e reconciliação das problemáticas desenvolvidas no enredo, sendo a primeira uma reconciliação de forças sociais agentes no mundo simbolizadas em tradições via resolução do homem consigo mesmo e/ou com a sociedade; e a segunda, reconcilia-se a partir da constatação de que o conhecimento é feito pela prova agônica do homem no mundo (White, 2019, p. 24-25).

O romance encontra seu limite na tragédia. A tragédia de sermos “desterrados em nossa própria terra” (Holanda, 2020, p. 35) é rompida ironicamente pela comédia do Homem Cordial que confunde público e privado, parte e todo. Ironicamente, Holanda descreve as dicotomias do Homem Cordial ao constatar uma condição mítica da nação colonizada como um véu de realidade que torna o acesso ao ser intransponível para uma epistemologia ou *ethos* brasileiro, dando espaço para a organicidade do Homem Cordial.

¹⁷ É de extrema importância lembrarmos que a ironia é uma forma que gera a tensão no discurso historiográfico, significando que a composição de um discurso que opera a partir dela é propriamente contraditório, marcando as próprias alterações do livro de Holanda como aspectos internos do seu funcionamento, o que incide, no caso específico de *Raízes do Brasil*, uma maneira dialética de se pensar a história.

¹⁸ A tese da autora é tida como uma importante obra para se pensar a análise whiteana aplicada em *Raízes do Brasil* (cf. Bentivoglio, 2018, p. 59, especialmente a 55ª nota de rodapé).

Tais modos de argumentação relacionam-se com as noções diacrônicas (próprias do romance e da comédia) ou sincrônicas (casos da tragédia e da sátira) diferenciando-se a partir da ênfase dada à totalidade na narrativa. A explicação por argumentação formal no texto buarquiano se faz sem uma relação de causalidades, mas por significações que não se voltam para o contexto do passado, mas para o presente, como nos ensina Hayden White (2019, p. 26). Isso fica evidente no Homem Cordial, o *ethos* personalista:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto do seu interesse particular; [...]. (Holanda, 2020, p. 175)

Percebe-se que o *ethos* em questão é ampliado do seu contexto, retornando ao presente do autor¹⁹. Essa composição idealista-weberiana aponta para contradição do público e do privado na política brasileira, fazendo com que a burocracia, o Estado e o personalismo não sejam determinantes causais, mas elementos que ganham significância por sua continuidade no presente. Essa busca por um Estado racional desdobra-se na revolução lenta de reformulações políticas visando um ideal de sociedade (Holanda, 2020, p. 183-224).

Com isso, o historiador dá um modelo verbal/narrativo ao processo histórico, o que proporciona um debate por formas explicativas de eventos históricos entre historiadores. Estes formulam quatro formas de explicação: formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo (White, 2019, p. 26-36). A teoria organicista baseia-se na integração e redução explicativas (parte-todo), estudando objetos que formulam uma parte da totalidade na qual estão subordinadas, mesmo havendo corolários secundários no organismo²⁰.

É nesse aspecto teórico que Holanda se insere, especialmente na divisão explicativa do indivíduo idealizado (Homem Cordial) e da sociedade onde e pela qual ele expressa a sua vontade. Isso fica claro quando Holanda reconhece que os tipos ideais do trabalhador e do aventureiro agem a partir de “múltiplas combinações”, apresentando uma “extensão superindividual que eles [os tipos ideais de trabalhador e aventureiro] assumem importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades” (Holanda, 2020, p. 51).

¹⁹ Ademais, isso indica uma desconexão do tempo com o sujeito, causando uma concepção temporal não imanente, algo que relaciona-se na incisividade da mudança deste tempo: não é o sujeito que o muda, mas a razão burocrática do Estado. Veremos que isso relaciona-se com um modo liberal de compreensão temporal.

²⁰ Por outro lado, o mecanismo também compreende o campo histórico de forma integrativa. Contudo, a

No caso da teoria contextualista, Hayden White apresenta-a como sendo uma explicação dos significados dos eventos por meio de suas inter-relações e coligações, o que implica em “províncias de significados” entre as coligações dos eventos. Os objetos são isolados e com isso há um recorte temporal sincrônico, ficando mais brusco quando trata a história em um *telos*, o que apresenta generalizações. Segundo Assis, Sérgio Buarque:

[...] elegeu um elemento central em sua análise: a formação da sociedade brasileira. A partir deste elemento as problematizações e discussões foram feitas pelo autor no sentido de compreender todo o contexto histórico, apresentando as ligações com as características portuguesas, estabelecendo comparações com as características espanholas, apontando hipóteses para forma como a colonização ocorreu, como também destacando a maneira pelo qual a formação da sociedade brasileira tem ocorrido. Ou seja, nesta obra Holanda traçou um trama de elementos interligados pelo contexto da colonização do Brasil. Nesse sentido a narrativa de *Raízes do Brasil* apresenta o formato argumentativo contextualista. (Assis, 2017, p. 164)

A partir dessa constatação, devemos olhar mais atentamente para a forma com a qual Sérgio Buarque trabalha a fonte histórica em seu texto. Tomemos como exemplo a passagem na qual Holanda apresenta um traço de negação da norma pelos colonos portugueses em detrimento pessoal. O autor cita uma fonte escrita por Manuel Alves, de 1639, pela qual é explicada a condição personalista do português. Em seguida, o autor comenta que

muitos eram os casos²¹ de pessoas consideradas nobres que se dedicavam, [...], a serviços mecânicos sem perderem as prerrogativas pertinentes à sua classe. Contudo, não seria essa a lei geral: é plausível admitir que constituísse antes um abuso reconhecido como tal, embora largamente tolerado, pois do contrário não se compreende que um Martim Franscisco, já em começo do século passado, se admirasse de que muitos moradores de Itu, sendo “todos pelo menos nobres”, se dedicassem a ofícios mecânicos, “pois que pelas leis do reino derogam a nobreza”. (Holanda, 2020, p. 68).

O que permite essa generalização “muitos”, sendo que não há uma quantificação específica de casos na fonte, visto que cita um caso elementar em uma época específica e que não gera um único contexto? Compreendemos que essa generalização é um aparato poético-político da linguagem feito diacronicamente e, portanto, não contextualista.

O autor parte do seu contexto político fazendo uma pergunta sociológica de gênese histórica sobre o que é o Brasil, sem se preocupar em um recorte sincrônico e contextual das fontes que utiliza. Enquanto isso, é poético na forma sinedótica-organicista de ver a parte como o todo, trazendo um símbolo de qualidade para o sujeito (White, 2019, p. 50).

²⁰ teoria vê as ações dos agentes de modo extra-histórico com leis causais, elemento não identificado na narrativa buarquiana.

²¹ Os grifos deste excerto são feitos por nós.

Ora, a organização do texto ensaístico-histórico feita por Holanda integra o símbolo da cultura personalista como categoria histórica e qualifica-o como conceito a ser combatido.

O contexto, como pressuposto epistêmico e produtor de um problema irônico do paradigma linguístico e histórico na forma do ensaio, não é questionado em sua representação do real no texto (caso contextualista). Por isso compreendemos *Raízes do Brasil* a partir de um pressuposto organicista, em oposição a uma representação contextualista.

Além disso, a explicação por implicação ideológica²², na qual é reconhecido um elemento ético de posicionamento pessoal do historiador sobre os processos históricos, também está presente no texto buarquiano. Dessa formulação decorrem quatro tipos explicativos ideológicos e racionais, sendo eles o anarquismo, o conservantismo, o radicalismo e o liberalismo (White, 2019, p. 37-38). Essas ideologias aceitam a mudança social, tendo diferença na forma e incisividade em que ela ocorre. Diferentemente de radicais e anarquistas que procuram uma mudança incisiva e direta, os liberais, como Holanda, acrescentam uma perspectiva mais calma do movimento histórico. Não há incisividade “radical”.

Contudo, existe uma compreensão do que é essa mudança e de como ela ocorre. A orientação temporal dos liberais procura um projeto de mudança futuro e utópico que desencoraja as mudanças no presente, a dos radicais compreende seu estado utópico em iminência, sendo necessários os meios revolucionários para alcançar esse estágio social. Sérgio Buarque, de maneira apática, parece olhar para a mudança sem pensar em uma incisividade do presente, visto que reconhece a necessidade de racionalização do brasileiro para que haja uma completa formação da identidade nacional. A demarcação do tempo é situacional no texto de Holanda, pois reconhece as desavenças materiais e políticas da dinâmica histórica, especialmente devido ao imediatismo da exploração portuguesa:

Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental de povos caçadores ou coletores e os povos lavradores. Para uns, o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. (Holanda, 2020, p. 50)

²² Para White (2019, p. 36) a ideologia é entendida como um conjunto de ideias que traçam uma visão de mundo feita na atuação e práxis social sobre ele.

A linguagem poética²³ buarquiana é sinedótica ao argumentar que a parcela do Homem Cordial em integração com o todo se faz a partir da “autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço” (Holanda, 2020, p. 36). Há uma orientação ética²⁴ nessa constatação que traz a possibilidade da integração qualitativa das partes, formando o símbolo (*ethos*) personalista do Homem Cordial.

Por outro lado, a ironia, tida como dialética, ocasiona uma forma problemática na própria linguagem na medida em que é hostil às formas anteriormente postas e refere-se ficcionalmente à sátira, sendo pertencente ao contextualismo²⁵. Isso rompe com a ideia de um Sérgio Buarque contextualista, não somente pela sinédoque, mas também pela tensão entre mimesis, ficção e história.

Segundo Luiz Costa Lima, a diferenciação entre História e Ficção se faz na medida em que a história precisa de suas condições pré-verbais e aporéticas na construção da verdade (Lima, 2006, p. 20-21). Esta, por sua vez, faz do discurso histórico como uma *alethéia*²⁶ heideggeriana feita pela escrita (Lima, 2006, p. 111), ocasionando o posicionamento do narrador no mundo a partir do discurso. Essa ficção como conteúdo mental e autônoma à realidade reflete a mimesis pela "tensão entre semelhança e diferença" (Lima, 2006, p. 291), trazendo a formalização da (des)organização do mundo.

Em *Raízes do Brasil*, essas propostas ficcionais e miméticas fazem sentido quando olhamos para a diferença entre “civilização” e “trópicos” e a necessidade de uma organização do Brasil, feita pelo autor da fonte. Isso é visível quando Holanda argumenta que

Pioneiros da conquista do trópico para a civilização²⁷, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão. (Holanda, 2020, p. 49).

²³ Linguagem que se faz pela metáfora (representacional), metonímia (reducionista), sinédoque (integração de qualidade-símbolo) e ironia (sentido literal e negação da sua figuração) (cf. White, 2019, p. 48).

²⁴ Devemos lembrar que, para White, postulados epistemológicos respondem a valores éticos atribuídos a eles e deles derivam uma ou outra orientação científica (cf. White, 2019, p. 40-41)

²⁵ Para Julio Benvivoglio, apresenta-se uma leitura contextualista mais detida do capítulo “Trabalho & Aventura” em *Raízes do Brasil* (cf. Benvivoglio, 2018, p. 59). Contudo, proponho tensionar isso ao perceber que Holanda não procura fazer uma espécie de descrição densa, explorando o *real* do passado, mas a sua expressão enquanto sentimento alheio da sociedade brasileira frente aos problemas do presente. A volta ao passado serve como um aparato ético-político de posicionamento de si, de condicionar a sua tensão entre semelhança e diferença frente ao mundo moderno. Reconheço que essa leitura exige maiores desdobramentos, os quais pretendo continuar em trabalhos futuros.

²⁶ Constante revelação e ocultamento da verdade como processo.

²⁷ Grifo nosso.

A parte grifada demonstra a tensão da diferença que o país tropical possui frente ao mundo “civilizador”, bem como aparece a percepção de uma missão, a qual causa um estranhamento com a percepção sincrônica do contextualismo, gerando o seu contrário: a diacronia histórica. A parcela de ocultação e desvelar do real também se faz presente nesse trecho a partir do tensionamento, feito pelo autor, entre trópico e civilização. Ademais, pensando no caráter constitutivo da escrita histórica, recorremos à Jacques Rancière afirma que a história possui uma “indeterminação ontológica da narrativa” (Rancière, 2014, p. 10), mostrando que a ambivalência entre literatura e ciência necessita da dimensão poética do objeto.

Holanda faz isso ao apresentar valores estéticos atribuídos ao ser da história. Esta é tida como um processo que liga o presente com o passado, explicando e dando bases para a caracterização de verdade do discurso sobre a colonização e o sentimento de desterro, fazendo com que o hoje seja explicado pelo ontem ressignificado no *tempo-agora*, movimento de modernização do Brasil.

Em Holanda, a *poética do saber* mostra-se a partir da condenação do passado colonial e da psicologia social brasileira, tornando a interpretação científica um lugar político e epistemológico que cria a veracidade por trás das *Raízes do Brasil*, transcendendo sua historicidade. Isso pode ser exemplificado quando o autor cita três fatores para a repulsa brasileira aos valores democráticos, os quais não apresentam necessidades contextuais para sua expressão:

[...](1)repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo; (2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas [...]; (3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor. (Holanda, 2020, p. 220)

Percebe-se que o saber é poetizado na passagem acima via constatação aporética da cordialidade perante um fundo histórico orgânico. É por essa aporia de verdade no discurso da política, literatura e ciência²⁸ (Rancière, 2014, p. 12) que torna possível a história, bem como as relações de afirmação de legitimidade dos agentes do texto (Rancière, 2014, p. 43). A legitimidade encontra fertilidade na análise buarquiana da personalidade do brasileiro, especialmente no que se refere ao estabelecimento do

²⁸ Podemos pensar que essas características não são elementos propriamente específicos da história, podendo ser de quaisquer outras ciências. Contudo, devemos lembrar do que está em jogo nesse debate: a concepção da narrativa histórica buarquiana e o modo pelo qual se constrói analisado por um prisma teórico específico.

personagem (o Homem Cordial) e o narrador que busca a identidade nacional. Como exemplo, podemos citar a seguinte passagem:

Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto do nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. (Holanda, 2020, p. 35).

Nesse sentido, é exigida na história uma equivalência de graus discursivos na situação narrativa, percebendo a homogeneidade do dizer da história e o que ela nos conta (Rancière, 2014, p. 44). Esses graus discursivos fundam-se na funcionalidade social e política da história enquanto ensinamento retórico. A cordialidade traça essas relações narrativas como ressignificação do passado marcado pelo tempo colonial. Mesmo que fundamentado em critérios reais, Holanda traça um discurso das mentalidades que formaram o brasileiro “hoje” e que busca um rompimento com esses grilhões do passado, mostrando a equivalência discursiva.

A narrativa objetiva alimenta-se de fontes enquanto o discurso apropria-se delas para a formulação de uma certeza sobre o enunciado da identificação cordial do brasileiro. A posição weberiana de Holanda (discurso) permite esse jogo de atribuições ideais na medida em que se preocupa com o *ethos* personalista, precisando do ambiente e da violência expressos nas fontes para retroalimentar-se na política, na sociedade e no próprio discurso. Sendo assim, o sentido do desterro permite a atribuição do *não lugar* para um *lugar* ao sujeito que está alheio ao mundo material. O sujeito racionalizado pela narrativa no tempo colonial e tomado como atrasado torna-se Outro ao mesmo tempo que se constitui como Eu.

Há uma mimetização do tempo colonial como grilhão criador da identidade cordial, visto que a “nossa revolução” seria esse caminho para uma denominação moderna do “ser” brasileiro que luta na racionalização da política e da mentalidade, procurando destituir ambas de sua irracionalidade. Isso fica explícito em:

Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e à transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. (Holanda, 2020, p. 224).

Com isso, entende-se que o caráter ético-político do historiador é muito importante na compreensão da história. É necessária uma interpretação histórica que rompa com o passado e entenda sua significação no presente (Buck-Morss, p. 303). Sérgio Buarque está mais preocupado com o rumo do país em termos políticos e culturais hoje do que com a representação acurada do passado. O ensaio histórico é um

meio pelo qual haverá a criação de um norte mais plausível e realizável. Isso é expresso por Holanda ao criticar os políticos do Brasil nação: “E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo” (Holanda, 2020, p. 222).

Ademais, devemos refletir sobre nossa própria temporalidade para não cairmos em análises aporéticas (Gagnebin, 1997, p. 70). Dessa maneira, se propõe uma reconexão com a lógica dialética entre o texto e o narrador, o qual é sujeito na mimesis²⁹, bem como entre razão e dominação (Gagnebin, 2009, p. 35). Com isso, pensar a verdade na história é também pensarmos o verstígio como fundador dessa verdade, tensionada pelo caráter ético-político do trabalho com a memória, permitindo verificarmos a criação de mitos.

Em Holanda (2020, p. 42-46) percebemos a formação da ideia de cordialidade pela autarquia individual e pela busca da gênese do brasileiro no passado a partir do presente. Há a definição do ser pela qualidade personalista e violenta. A ficção histórica, entendida pelos rastros (Gagnebin, 2009, 42-43), é a produção do conhecimento histórico vinculada diretamente à ação no presente. O historiador busca a “verdade” como um equilíbrio ético sobre o rastro e a memória (Gagnebin, 2009, p. 44). No caso de Sérgio, isso decorre da necessidade de entender-se enquanto brasileiro e colonizado, esboçado pela referência a organização social pautada no ideal de constituição nacional:

Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes (Holanda, 2020, p. 212)³⁰.

Em suma, alocar o ensaio histórico no eixo ético-político é pensarmos como Nietzsche, no qual há uma crítica cultural de alguém inconformado com o seu tempo (Gagnebin, 2009, p. 182). Esse é o caso dos modernistas como Paulo Prado, quem elabora um *Ensaio sobre a tristeza* que mata e adocece o povo. Relembrar e reinventar o Brasil é uma forma de trazer vida aos brasileiros, em um contexto de pensar as mazelas da colonização e da vivacidade da reinvenção brasileira atrasada e triste³¹.

³⁰ Isso indica a fundação da realidade vestigial também enquanto necessidade de posição histórica do sujeito, indicando que se há um Brasil, deveria haver também uma identidade nacional propriamente firmada. O indício de um ideal de constituição traça uma parcela dessa identidade que, enquanto ser-alheio, busca-a idealmente sem se preocupar com a sua maior característica: o flagelo colonial.

²⁹ Isso é explorado com maior afincio por Thiago Nicodemo em “Alegoria Moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda” (Editora FAP-Unifesp, 2014), bem como por Raphael Guilherme de Carvalho em “Sérgio Buarque de Holanda. Escrita de si e memória (1969-1986)”, publicado em 2021 pela Editora UFPR. Os autores fazem um trabalho de fôlego, tratando mais especificamente da transição e relação entre a crítica literária de Holanda e a sua identidade historiadora, algo que não nos é essencial nesse trabalho.

³¹ Analiticamente, nota-se um encontro de ideias entre Holanda e Prado, muito provavelmente pelo círculo intelectual e ideológico do qual ambos faziam parte.

A historiografia brasileira em Holanda apresenta-se como uma incisividade do passado no presente via pesquisa histórica, significando o trabalho historiográfico enquanto constante história contemporânea. Portanto, isso retrata o argumento central dessa primeira parte: a epistemologia histórica como organicista-cômica-sinedótica.

3. Da nação:

Segundo Felipe Augusto Tkac (2020, p. 16), os conceitos de nação, identidade e povo são tidos como poder simbólico e constituintes do sujeito. Isto é, o sujeito se faz *na* e *pela* linguagem. Assim, a nação é lida a partir de “sistemas culturais que compõem os significados atribuídos [e não atribuídos] à nação” (Tkac, 2020, p. 31).

Sérgio Buarque nos mostra esses significados ao trazer o elemento tropical como algo antagônico do elemento civilizacional. Isso se faz claro ao constatar que “Pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica” (Holanda, 2020, p. 49).

Corroborando com isso, a temporalidade é essencial para criar o discurso da nação que distingue o Eu do Outro (Tkac, 2020, p. 32). A categoria analítica do tempo é posta como uma superação constante do sujeito em relação ao mundo no qual está inserido, o que é feito por Sérgio Buarque ao representar a lenta revolução brasileira como uma gradual maturação racional do Brasil por fluxos e refluxos (Holanda, 2020, p. 224).

Por outro lado, segundo Benedict Anderson, compreende-se que as nações como comunidades imaginadas distinguem-se nos seus estilos, não havendo uma noção de “autenticidade” ou “originalidade” para cada tipo de nação imaginada (Anderson, 2008, p. 33). A experiência forma uma condição de significado para a comunidade imaginar-se (Anderson, 2008, p. 92). Mais especificamente, as movimentações internas e externas entre nações e centros metropolitanos são fundamentais para a identidade nacional, em especial os intelectuais que viajavam à Europa e apreendiam as concepções modernas de mundo, criando um vanguardismo intelectual (Anderson, 2008, p. 167). A experiência de Holanda na Alemanha, em 1929, representa muito bem isso.

A necessidade de uma narrativa da identidade se faz a partir de um provável esquecimento e procura de uma continuidade do ideal da nação que distancie a comunidade de sua identidade (Anderson, 2008, p. 279). A circularidade de livros no período de Sérgio Buarque pode ser analisada para o caso específico da editora de José Olympio, a qual publicou a primeira edição de *Raízes do Brasil*, bem como *Casa Grande & Senzala*, mostrando uma necessidade de análise do Brasil por pensadores

brasileiros³². A sociedade burguesa, pensando na rede intelectual na qual Sérgio estava inserido, exige um mito de criação; uma identidade, chamada por Detienne de “mitideologia” (Detienne, 2013, p. 12).

Holanda, quando olha para si e para o Outro³³, não enxerga um paralelismo entre essas categorias identitárias. Como perceber o Eu como o Outro sendo que não passamos pela mesma experiência histórica? Esse véu de imperceptibilidade é como uma “ignorância colonial”³⁴, a qual não permite uma leitura de si como o Outro que se quer alcançar. É necessária uma mitideologia própria: brasileira, colonizada e forjada cordialmente.

Na mitideologia de Detienne, recupera-se a figura do historiador sepulcral que faz erguer dos mortos uma herança (o Povo). Quando Holanda constata o desterro, não se recupera uma herança dos mortos, mas a continuidade dos vivos. Quer-se entender o que é essa anomalia colonial chamada Brasil partindo do desterro como um “ser-alheio”.

O “ser-alheio”, por sua vez, é um ser desconexo do mundo, não identificável diante da tentativa da hipertrofia do Eu em Nós. Não é desse modo que se faz uma nação e como nos ensina Detienne e Anderson? Se for, então o que Holanda procura fazer não é encontrar uma nação, mas sentido na identidade. É ela que permite a tão sonhada nação ficcionalizada. Sem uma identidade, um “Ser”, não há um conjunto nacional. Contudo, não é tão somente por uma estrutura do cognoscível e do identificável delimitada pela linguagem que vela essa identidade, mas é pela política colonial que ela se mostra inteligível.

Definidor importante da nação, a política colonial vista sob o prisma da família-facção, do patrimonialismo e do personalismo³⁵, elabora uma estrutura primordialmente sólida de ingressantes na política e no domínio da sociedade. Há um bom exemplo disso ao nos determos à análise feita pelo autor do apoio de Silveira Martins ao Ministério do Rio Branco contra Mauá, em 1872, que se dá de maneira afetiva: apoia o Ministério por conta dos seus interesses pessoais de mercador (Holanda, 2020, p. 93). Além disso, o espírito de facção da política colonial se forma com

A opinião de que um indivíduo filiado a determinado partido político assumiu, pelo fato dessa filiação, compromissos que não pode romper sem felonía

³² Isso pode ser lido enquanto forja do mito, expressão de Furio Jesi em “A festa e a máquina mitológica” (2014), a qual não será analisada mais extensivamente devido ao recorte propriamente internalista da obra buarquiana. Outrossim, percebe-se a comparação do elemento editorial a partir do prefácio de Freyre à primeira edição de Raízes do Brasil, sendo coordenador da coleção Documentos Brasileiros da qual a fonte fazia parte (cf. Freyre, 2016, p. 130-131).

³³ Na sua experiência, o alemão e o norte-americano.

³⁴ Para fazer um jogo de palavras com o conceito desenvolvido por Charles Mills em “O Contrato Racial” (2023) e “Ignorância branca” (2018).

³⁵Cf. Holanda, Sérgio Buarque de. “Raízes do Brasil”, 2020, capítulos 3, 5 e 6 respectivamente.

pertence de modo bem distinto a um círculo de ideias e princípios que a ascensão da burguesia urbana tenderia a depreciar cada vez mais. Segundo tal concepção, as facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente as famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte, hão de preponderar sobre as demais considerações. Formam, assim, como um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou ideias. (Holanda, 2020, p. 93).

O argumento identitário de Sérgio Buarque é tanto ideal quanto material, se solidificando enquanto uma mitideologia de identificação cultural do “ser” brasileiro. Logo, o mito personalista opera como cognoscibilidade da sua historicidade ficcionalizada a partir do indivíduo que a fabrica por meio da tríade estruturante (família-facção, patrimonialismo e personalismo). Não há cidadania brasileira pois não há identificação física.

Antes de estabelecer uma forma física da identidade, Holanda busca a pré-identidade racional, isto é, o seu ensaio crítico, do indivíduo irracional (Homem Cordial). Essa é a busca de identidade do “ser” brasileiro. É a partir dela que vemos a estruturação de uma epistemologia histórica organicista-cômica-sinedótica em *Raízes do Brasil*.

Para explicar esse desenvolvimento histórico da epistemologia na qual Sérgio é localizado, percebemos, com Raúl Antelo, a (des)territorialidade da nação. Esta procura em si um processo de estranhamento territorial³⁶ no qual estamos presentes (Antelo, 2010, p. 13). A nação (junto da tradição) é pautada no mundo da representação simbólica, sendo passível de revisionismos e descontinuidades ao mesmo tempo que é um constructo social. Foi de maneira correlata que o texto vencedor do concurso do IHGB de 1845, sobre como se deve escrever a história do Brasil, conseguiu transcender seu espaço e sua temporalidade.

Martius, quem escreveu o dito texto, procura narrar a formação brasileira por relatos de grandes viajantes e da confluência das raças. Devemos reconhecer que “Como se deve escrever a história do Brasil” (1845) sai da instituição, percorre o meio social, encontra fertilidade no modernismo e no texto de Sérgio Buarque e de outros intérpretes do Brasil por meio de livros e outras produções escritas veiculadas por revistas e editoras. É claro que não é tão simples, contudo podemos fazer essa relação a partir de um tempo “esticado” da produção de conhecimento da instituição para o ensaio histórico. Há uma confluência de pensamentos de indivíduos em seus espaços de sociabilidade, reconhecendo suas próprias experiências, bem como do mercado editorial

³⁶ Estranhamento este que é lido como o desterro em nossa própria terra buarquiano, já citado neste trabalho na primeira parte “Da história”.

da instituição e fora dela.

Dessa forma, as narrativas da nação são entendidas como construção da linguagem determinadas por convenções, isto é, a “verdade” ou o “real” é um significado por elas construído que não é exatamente experimentável. Assim, a experiência relatada no texto é conduzida por “força”, demonstrando que ela é ilusória na medida em que “naturaliza convenções culturais” (Antelo, 2010, p.24), bem como produz descritivamente em seu discurso a referencialidade do que aconteceu e, no plano normativo, condiciona um argumento axiológico dos fatos, considerando-os como fatos “históricos”. Para citar Antelo, “Se toda história, além de enigmática, é provisória, todo saber é, a seu modo, cúmplice de um relato” (Antelo, 2010, p. 24).

O Homem Cordial como identidade e sentido do povo brasileiro é entendido como linguagem/ficção. Ele é o cúmplice do relato buarquiano. A proposta de Holanda é exatamente essa: não *contextualizar* materialmente o Homem Cordial, mas, antes disso, compreendê-lo pela *diferença* colonial. A identidade de um país que sofreu (e sofre) as mazelas da colonização é a violência taxada de bondade e paixão. Pensar a forma identitária do Brasil e da produção do seu conhecimento histórico, é pensar o lugar do trabalho buarquiano no mundo. O lugar, ou a centralidade, pensando em *Termos de Troca*³⁷, de Merkel, do Brasil e da sua ciência que deve ser retomada, clarificada e compreendida em sua originalidade. Antes de pensar na estrutura político-econômica da época, deve-se pensar na obra como uma expressão subjetiva para o pensamento brasileiro.

Por outro lado, o escritor argentino apresenta uma causalidade retroativa, mostrando uma continuidade das origens e da “tradição”³⁸ que os antepassados não fizeram. São os modernos da geração de 1930 que procuram reformular essa tradição, propondo rupturas e estabelecendo vanguardas, sejam elas nacionais ou internacionais³⁹. Dessa maneira, a literatura possui a função de criar uma identidade própria com suas especificidades, a partir de uma filosofia (universal), mantendo a sua originalidade, sem copiar o Outro (Antelo, 2010, p. 28). Ademais, a nação iguala-se à razão, sofrendo equívocos cognitivos dos antepassados (hipóstase) que devem ser consertados pela razão. A proposta moderna de racionalização da vida social implica a coesão modernizadora e a alegoria moderna (Antelo, 2010, p. 29), algo que será feito a partir do Estado-nação racional.

³⁷ cf. Merkel, Ian. *Termos de Troca: intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas*. São Paulo: EdUsp, 2023.

³⁸ Enquanto uma missão de dar continuidade aos projetos da geração passada, introduzindo melhorias e avanços políticos e nacionais.

³⁹ Claro que Sérgio Buarque não procura uma constituição estatal a partir da criação de uma língua, mas, antes disso, procura definir até que ponto o Estado e a língua do Brasil são, de fato, *dele*.

Podemos pensar *Raízes do Brasil* e o ensaio histórico como uma forma de se desgarrar do passado e de constituir uma nova coesão social autêntica, em especial pela proposta de um projeto para a nação (tópico recorrente no ensaio histórico, usado para os autores inserirem-se no debate político do seu contexto)⁴⁰. Há uma dialética de que a razão constrói a unidade nacional e a sociedade desdobra isso empiricamente, no pluralismo. A nação é a razão em constante dialética com a empiria e recepção da sociedade plural. Para citar o autor: “[...] a razão condensa a unidade política, por meio da qual o povo legisla, com a unidade jurídica, em que o cidadão regula os atos, para atingir, enfim, a unidade de sentimento que imanta da pátria” (Antelo, 2010, p.30).

A nação, como discurso, encontra na história uma forma de esquecer para lembrar, construir o novo a partir da própria novidade, “a construção pela desagregação” (Antelo, 2010, p. 32). A partir do uso da linguagem e das suas formas metafóricas, simbólicas e alegóricas produz mais um significado (o discurso) por um significante (a fonte) do que esboça uma narrativa do real. Logo, a ficção histórica apresenta a tensão entre referencialidade (o que é) e normatividade (o que deve ser).

Em *Raízes do Brasil*, a tensão entre referencialidade e normatividade é constante. Se nos atentarmos ao contraste entre o sétimo capítulo, “Nossa Revolução”, e o quinto capítulo “O homem cordial”, podemos notar, no quinto, uma referencialidade do Brasil. Um país no qual as funções públicas são escolhidas a partir da proximidade e relações pessoais entre pares, não necessariamente a partir de condições objetivas do Estado burocrático, mesmo que o patrimonialismo funcional passe por um processo de burocratização, para o autor, ele continuará o mesmo em essência:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização - que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, ateando vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades - ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. (Holanda, 2020, p. 175).

Normativamente, o Brasil ainda está se transformando lentamente desde 1888⁴¹. A norma encontra-se no conceito de Revolução, tomado pela posse (*nossa revolução*). Com isso, o caminhar da revolução brasileira se dá como uma preparação constante de um novo sistema de poder pautado na cidade como epicentro dominador, acabando com a dominação rural e com o iberismo, tornando a cultura brasileira até mais próxima do americanismo. Cria-se um ideal de originalidade nacional, sem raízes ibéricas.

⁴⁰ Para isso, conferir: Gaio, André Moyses. *Modernismo e Ensaio Histórico*. São Paulo: Cortez Editora, 2004

⁴¹ O autor relembra a falibilidade desse marco temporal como um início, visto que Holanda compreende o caminhar pernicioso da história, de maneira dialética. (cf. Holanda, 2020, p. 205).

Contudo, se a forma cultural brasileira ainda permanece enraizada aos lusitanos, isto se deve ao insuficiente “americanismo”, uma onda de decisões externas à realidade brasileira própria, já que ainda não se definiu um “americano”:

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente. (Holanda, 2020, p. 205).

Portanto, a definição de um brasileiro, assim como das posses deste, é uma constante absorção e regurgitação feita pelo intérprete do Brasil. A reconfiguração das edições subsequentes, não exploradas nesse trabalho, mostram essa constante necessidade de (re)interpretar o mundo pelo *tempo-agora*. Nossa identidade e epistemologia histórica, como mitideologias e ficções do passado, são tentativas de ruptura com o véu da colonização e com a nossa ignorância colonizada.

Discussão e considerações finais:

As *Raízes do Brasil* mostram uma história de algo que nunca foi, mas que sempre quis ser. Com isso, Holanda expressa sua subjetividade e necessidade “extemporânea” ao tratar do povo brasileiro como desterrado em sua própria terra (Holanda, 2020, p. 35). Isso nos mostra a concepção liberal de Holanda ao tratar de um caminhar tortuoso da história, propondo um vazio identitário marcado pela colonização. Dessa maneira, o autor procura os rastros que deixam determinantes as nossas raízes e mazelas coloniais, em especial ao tratar das condições psíquicas do português colonizador. Ele foi quem nos trouxe a *cultura da personalidade*, isto é, “o valor próprio da pessoa humana”, a “autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço” (Holanda, 2020, p. 36).

É a mazela personalista que nos assombra, a mesma que implica em um sistema desorganizado e próprio do ibérico que tem repulsa ao trabalho (Holanda, 2020, p. 44). É com a cultura personalista que o pensamento buarquiano se apresenta como organicista. O conteúdo político do autor se expressa na denúncia das oligarquias rurais e patriarcais, as quais se propuseram a comandar as cidades com o encanto do diploma de bacharel (Holanda, 2020, p. 93-97). O indivíduo (Homem Cordial), como fio condutor e tipo ideal do argumento histórico de Holanda, veste-se de várias faces, urbanas ou rurais, com ou sem diploma, para fazer mudanças que não afetam a estrutura ou o princípio personalista que nos aflige enquanto sociedade. Essa é a parte que compõe o todo orgânico.

Dessa maneira, a libertação desse efeito se dá por um inconformismo com a modernidade do mundo em relação ao atraso do Brasil (Holanda, 2020, p. 201-224),

pretendendo uma “revolução” liberal. Isso nos apresenta a determinação liberal na medida em que o autor propõe uma reforma⁴². Desse modo, defendemos a ideia do argumento buarquiano ser cômico-organicista-sinedótico-liberal em sua agência e escrita, algo próprio do ensaio histórico aqui compreendido como um tipo de literatura da Geração de 1930. A noção cômica é advinda da reconciliação própria do ser social que procura, por meios políticos, a sua redenção consigo e com o seu meio, na medida em que as estruturas personalistas devem ser racionalizadas.

A identidade nacional proposta por Holanda é mitideológica. Imaginando a comunidade nacional a partir da mentalidade individual, o autor compreende que há um não-lugar do brasileiro em sua própria terra que foi deformada por valores externos a ela. A identidade, no caso buarquiano, deve ser construída a partir de seu próprio tempo e com a ação política do indivíduo batalhando em um “não-lugar” ao mesmo tempo que está à procura de um lugar.

Para Holanda, nós não conseguimos nos desenvolver como país e sociedade (Holanda, 2020, p. 210), o que nos leva a pensar sobre a concepção de atraso que será ainda debatida na década da teoria da dependência. Ora, não é assim que, segundo Antelo (2010, p. 111), a instituição impregna o meio social e este volta-se a ela com os mesmos preceitos de “diferença” e “atraso”, marcas da cordialidade política e racial? De qualquer modo, pensamos em Holanda como um pensador de seu tempo e inserido em uma tradição historiográfica que tende a discutir essa identidade “não-identitária” do brasileiro.

Sérgio Buarque de Holanda entrelaça-se do modelo teórico weberiano, bem como nos mostra sua historiografia organicista e reformista em seu ensaio histórico. Ele propõe uma nova leitura da identidade nacional como uma ação ético-política ao inserir-se no debate político de sua época.

⁴² Aqui entendida nos moldes reformistas do século XX do pós-guerra.

FONTE

Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2020.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTELO, Raúl. **Algaravia**. Discursos de nação. 2ª ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

ASSIS, Gabriella Lima de. **Raízes do Paraíso: uma análise whiteana de Sérgio Buarque de Holanda**. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá, 2017. Disponível em:

<<http://ri.ufmt.br/handle/1/1928>>.

BENTIVOGLIO, Julio. Uma reverência à Meta-história e a Hayden White: o passado como sátira irônica e liberal em Sérgio Buarque de Holanda. **ArtCultura**, [S. l.], v. 20, n. 37, p. 51-65, 2018. Disponível em:

<<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47239>>.

Acesso em: 23 dez. 2024

BUCK-MORSS, SUSAN. **The Gift of the Past**. p. 285-305

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Introdução: uma opinião sobre as representações sociais”. In.:

_____, ____e MALERBA, Jurandir (orgs.) Campinas: Papirus, 2000, p. 9-39.

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **Sociedade e Estado**. v. 23, n. 3, Brasília, p. 823-839, setembro/dezembro de 2014.

DETENNE, Marcel. **Identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 48ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

_____, _____. Documentos brasileiros. In. HOLANDA. S. B. de. **Raízes do Brasil**, Edição Crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.130 - 131.

GAIO, Henrique Pinheiro Costa. Entre passado e futuro: pessimismo e ruína em Retrato do Brasil de Paulo Prado. **Revista Maracanã**, n. 16, Rio de Janeiro, p. 169-187, jan./jun. 2017. Gagnebin, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GATTI, Luciano. Como escrever? Ensaio e experiência a partir de Adorno. **O que nos**

faz pensar. n. 34, São Paulo, Dezembro de 2014. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5729410/mod_resource/content/1/sobre%20o%20e%20nsaio%20do%20adorno%20sobre%20ensaio.pdf>. Acesso em 10/10/2023.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

JESI, Furio. A festa e a Máquina Mitológica. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. **Boletim de pesquisa NELIC**, v. 14, n. 22, Florianópolis, 2014, p. 26-58. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1984-784X.2014v14n22p26/29476>>. Acesso em: LIMA, Luiz Costa. **História Ficção Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a história do Brasil”, 1845,

Revista do Instituto Histórico do Brasil, p. 389-411. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/artigos-de-periodicos/item/75915-como-se-deve-escrever-a-historia-do-brasil.html>>. Acesso em: 20/02/2024.

MENDES, Claudinei Magno Magre. **Raízes do Brasil, 1936: um ensaio histórico. Notandum**,

n. 55, jan./abr. 2021

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. 4ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

NICODEMO, Thiago Lima. Revisitando a obra de Sérgio Buarque de Holanda: periodização, questões e lacunas. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP**. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XVIII/Thiago%20Lima%20Nicodeмо.pdf>>. Acesso em 23/12/2024.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A (IBRASA), 2 ed., 1997.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. Trad. Echalar, Mariana. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DOS SANTOS, W. G. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019. Disponível em:

<<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1458>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 12, n. 1, São Paulo, p. 69 - 100, maio de 2000.

TKAC, Felipe Augusto. **Inscrição do ser-em-comum: nacionalismo literário e narrativa da nação na epopeia finlandesa Kalevala (1828-1849)**. 2020, 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2020. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67262>>, acesso em 18/08/2023.

WASSERMAN, C. Nacionalismo: origem e significado em Sérgio Buarque de Holanda, Samuel Ramos e Ezequiel Martinez Estrada. **Revista Eletrônica Da ANPHLAC**, n. 3, São Paulo, 2013, p. 66-85. Disponível em: <<https://doi.org/10.46752/anphlac.3.2003.1351>>. Acesso em: 10/08/2023.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. Trad. José Laurêncio de Melo. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.